



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUARATINGUETÁ

Presidente: Sra. Ivânia Palmeira

R: Gama Rodrigues, nº 410, Centro, Guaratinguetá/SP

Telefone: (12) 3133-2163 (12)31223157

ATA N.º12 Reunião do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

Ata da 12^a Reunião do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente realizada no dia 01 de dezembro de 2016, às 08 horas, na Secretaria da Assistência Social.

1 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente se reuniu ordinariamente no dia
2 um de dezembro de 2016, às oito horas, na Secretaria da Assistência Social, com a presença de
3 Maria José Bassaneli Jacó, representante da Secretaria Municipal da Saúde, Mariana Brito Horta
4 Nogueira, representante da Área de Assistência Social e Psicologia, Beatriz Helena de Macedo
5 Soares, Representante da Secretara Municipal de Educação, Luciana Aparecida Silva,
6 representante da Entidades Sociais que atendem aos adolescentes, Karina de Souza Moraes,
7 representante titular de Entidades Sociais que atendem adolescentes, Leila Aparecida Pisani,
8 representante do Conselho Tutelar, Marileia Rodrigues Caldas, representante do SENAC, Ana
9 Lucia Torres Zangrandi, representante da Guarda Mirim, Neusa Maria Toledo Pereira,
10 representante da Sasimg, Leda Helena Galvão de Oliveira Farias, representante da Diretoria de
11 Ensino da Região de Guaratinguetá, Alexandre Cursino Borges Junior, representante da Diretoria
12 de Ensino de Guaratinguetá. Na pauta os seguintes assuntos: repasse para as creches, resultado da
13 reunião que tratou o Plano Municipal de Acolhimento, Casos de automutilação nas escolas com o
14 Conselho Tutelar e Propaganda do CMDCA para campanha de captação de recursos.
15 O primeiro assunto foi sobre o repasse mensal da Prefeitura Municipal para as creches
16 conveniadas, a Beatriz explicou que a Secretaria da Educação cumpriu os prazos legais para
17 autorizar o pagamento sem atraso, que o trâmite segue para a administração que faz a
18 programação da liberação da verba, o provável atraso foi causado pela queda da arrecadação. A
19 Beatriz e a Luciana participaram de uma reunião do Conselho da Educação para levar em pauta os
20 problemas envolvendo as creches em relação ao repasse. A presidente do Conselho da Educação,
21 Nísia Maria Neto, comentou que não fazem um trabalho direto de fiscalização das creches, que
22 desconhece os problemas apresentados pelas mesmas, ela deixou aberto a possibilidade de um
23 trabalho em conjunto com o CMDCA para que possam encontrar soluções para os assuntos
24 relacionados às creches conveniadas. Maria José sugeriu que o CMDCA possa ter uma cadeira
25 junto ao Conselho da Educação para que os temas relacionados em conjunto. Mariana sugere que
26 o Conselho da Educação seja convidado a participar das reuniões do CMDCA. Na sequência foi
27 tratado o assunto o Plano Municipal de Acolhimento, Mariana explicou que o processo de
28 reodernamento teve início em 2012 quando foi criada uma comissão que se reuniu e fez o Plano
29 Municipal, depois o mesmo foi entregue à Secretaria de Assistência que contratou um consultor
30 para fazer uma adequação do plano, entretanto, as mudanças não são do conhecimento da
31 comissão inicial de trabalho. O Plano Municipal de Acolhimento deveria ser aprovado em reunião
32 pelo CMDCA e publicado em resolução, todos desconhecem se foi feito este procedimento. Há
33 necessidade do plano ter um organograma e o tema do Plano só voltou a ser debatido por
34 insistência da Andréa, da Fazenda Esperança, que fazia parte da comissão por estar preocupada



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUARATINGUETÁ

Presidente: Sra. Ivânia Palmeira

R: Gama Rodrigues, nº 410, Centro, Guaratinguetá/SP

Telefone: (12) 3133-2163 (12)31223157

35 com prazos estipulados na época. A Secretaria de Assistência Social promoveu um treinamento no
36 mês de outubro para tratar o Plano de Acolhimento, no entendimento da Andréa é necessário
37 refazer a comissão de trabalho por que muitas pessoas que estavam no grupo inicial não estão
38 mais envolvidas nas instituições participantes, deve se fazer uma readequação dos dados de
39 diagnóstico, a Iolanda do Instituto Lucas Amoroso solicitou que um representante das entidades
40 de PCD participasse deste grupo de trabalho. Para continuidade do trabalho junto ao Plano
41 Municipal de Acolhimento deve-se ter o arquivo aprovado na época que está com a Izilda, na data
42 da reunião a mesma não estava de licença e não foi possível ter acesso ao documento. O CMDCA
43 definiu que o trabalho junto à comissão do Plano Municipal de Acolhimento fosse acompanhado
44 por Fátima, Mariana e Luciana.

45 O próximo assunto abordado na reunião foi relacionado ao aumento dos casos de automutilação
46 de jovens nas escolas públicas municipal e estadual. A representante da Diretoria de Ensino, Leda,
47 iniciou o tema mostrando indignação em relação ao Jornal Atos que publicou uma matéria sobre a
48 automutilação com foto do Costa Braga o que incomodou a direção da escola. Leda explica que o
49 Costa Braga teve um caso que foi identificado pelo mediador que faz um trabalho com os alunos,
50 que foi tratado com sigilo sem expor o aluno. Leda explicou que os casos de automutilação são
51 crescentes nas escolas públicas do Estado, alguns casos por moda e poucos por realmente ser um
52 problema do jovem, ela pediu o fortalecimento da rede de atendimento na articulação junto às
53 escolas como CRAS, CREAS e Conselho Tutelar com serviço de psiquiatra para
54 acompanhamento das famílias que estão enfrentando este problema, muitos pais não sabem
55 identificar que o jovem está cometendo a automutilação. O Estado conta com mediadores que
56 fazem a abordagem aos jovens, chamam os pais e fazem o atendimento. Mariana explicou que a
57 Diretoria de Ensino pode acionar o Conselho Tutelar para acompanhar as ocorrências
58 identificadas que neste caso há um atendimento preferencial. Leda explicou que desconhecia este
59 atendimento e aproveitou a presença da Leila para conhecer mais como é o procedimento junto à
60 rede municipal de atendimento. Beatriz explicou que há poucos casos envolvendo alunos no
61 município, mas que o procedimento é acionar o Conselho Tutelar e que é acionado apoio na
62 Saúde e na Promotoria. Marileia explicou que no SENAC também houve um caso de
63 automutilação e que o procedimento foi acionar o Conselho Tutelar e que o caso está sendo
64 acompanhado pela rede de atendimento. Mariana explicou que talvez falte esta comunicação junto
65 às escolas públicas e particulares de como deve ser o procedimento de acionamento da rede de
66 atendimento e que o Poder Público deve ter equipes preparadas para atuar em casos como este,
67 dando uma certa prioridade para evitar que seja agravado os casos. Alexandre e Leda também
68 expuseram outros casos que envolvem adolescentes como nudez no celular, drogas nas escolas,
69 gravidez na adolescência e pedofilia. A proposta debatida é desenvolver uma ação junto às escolas
70 públicas estadual, municipal e particular durante os encontros de planejamento com orientação
71 aos professores, diretores e funcionários das escolas sobre a abordagem junto aos alunos, quem é
72 a rede, quem acionar e quais procedimentos tomar; desenvolver um trabalho de encontros com as
73 famílias e jovens nas escolas com palestras orientando sobre os riscos que correm, orientação dos
74 possíveis crimes que podem estar cometendo sem conhecimento; fazer campanhas na imprensa de
75 conscientização; ter apoio da área da Saúde para ter psicólogo e psiquiatra para atendimento
76 direto; ter um diagnóstico dos casos e que a abordagem a curto, médio e longo prazo possam dar
77 resultado. Sem mais assunto a ser tratado, eu, Luciana Silva, Secretária do Conselho Municipal
78 da Criança e do Adolescente, lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada pela Senhora
79 Mariana Horta, Guaratinguetá, 01 de dezembro de 2016.